

Política



LIXO SALGADO
Contrato, que em 2017 custava R\$ 23,12 milhões/ano, passou a custar R\$ 25,4 milhões por ano agora, após três reajustes.

COLETA PROMOTORIA DIZ QUE GOVERNO FELICIO FAVORECEU EMPRESA EM LICITAÇÃO REALIZADA EM 2017, NO PRIMEIRO ANO DA GESTÃO

Contestado pelo MP, contrato do lixo é prorrogado e reajustado

Contrato com a Sustentare, responsável pela coleta de lixo em São José desde 2017, foi reajustado em 7,28% e prorrogado por mais dois anos pelo governo Felício; Promotoria tenta, desde 2018, anular o contrato na Justiça

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Julio Codazzi
@juliocodazzi



Alvo de denúncia do Ministério Público, que aponta fraude no processo licitatório, o contrato entre a Prefeitura de São José dos Campos e a empresa Sustentare, responsável pela coleta de lixo no município, foi reajustado em 7,28% e prorrogado por mais dois anos pelo governo Felício Ramuth (PSDB).

A assinatura da prorrogação e do reajuste ocorreu no dia 28 de fevereiro, com validade por mais 24 meses. Nesse período, a empresa receberá do município R\$ 50,8 milhões, o equivalente a R\$ 25,4 milhões por ano.

Firmado em fevereiro de 2017, o contrato tinha custo

inicial de R\$ 69,368 milhões por três anos (R\$ 23,12 milhões/ano). Após os dois primeiros reajustes, ocorridos em outubro de 2018 e agosto de 2019, o custo já estava em R\$ 23,69 milhões por ano.

Com a prorrogação assinada no mês passado, o contrato atingirá 60 meses de duração, prazo máximo permitido pela legislação para serviços dessa natureza.

AÇÃO.

Em ação que tramita desde junho de 2018 na 1ª Vara da Fazenda Pública de São José, o MP pede a anulação do contrato firmado entre a prefeitura e a Sustentare.

Na denúncia, a Promotoria acusa o secretário de Gestão Administrativa e Finanças do governo Felício Ramuth (PSDB), José de Mello Correa, de favorecer a Sustentare



Ação. Coleta de lixo em São José

na concorrência realizada em 2017 - ele teria decidido, com base em argumentos subjetivos e descabidos frente à legislação e ao edital, pela inabilitação de outra empresa (a Cavo, antiga prestadora do serviço no município).

Inicialmente, a 1ª Vara da Fazenda Pública rejeitou a denúncia contra o secretário. No entanto, após recurso do MP, a decisão foi reformada pelo Tribunal de Justiça e Correa passou a figurar como réu por improbidade administrativa no processo.

Na mesma ação, a Promotoria também aponta irregularidades no contrato anterior da coleta de lixo, firmado no governo Carlinhos Almeida (PT) com a Cavo. Com isso, também figuram como réus no processo Boanésio Cardoso Ribeiro (diretor da Urbam na gestão petista) e a Cavo. ■

DEFESA

Secretário diz que denúncia do MP contra o governo Felício é 'infundada'

OUTRO LADO. Em nota enviada à reportagem, o secretário de Gestão Administrativa e Finanças, José de Mello Correa, classificou como "infundadas" as denúncias feitas pelo Minis-

tério Público contra o governo Felício.

Correa alegou ainda que o reajuste aplicado ao contrato é referente à reposição da inflação, e que "ainda assim o valor é

bem menor do que a prefeitura pagava pelo sistema em 2016", no governo Carlinhos. "Para ter uma ideia, esse contrato [com a Sustentare] em dois anos já economizou aos cofres públicos R\$ 7.694.280 em relação ao que se pagava à antiga empresa", argumentou o secretário, no comunicado enviado ao jornal. ■

POR COVID-19, CÂMARA DE JACAREÍ SUSPENDE SESSÕES



Parou. A Câmara de Jacaré decidiu ampliar as medidas de prevenção contra o novo coronavírus. As sessões ordinárias deixarão de ser realizadas - antes, a ideia era realizá-las sem a presença de moradores nas galerias. A Casa irá manter o expediente, mas apenas para vereadores e servidores.

MOBILIDADE CONSÓRCIO FORMADO PELAS EMPRESAS CONTRACTA E CASAMAX FOI O ÚNICO INABILITADO NA LICITAÇÃO DA OBRA DA LINHA VERDE

Empresa recorre de inabilitação em concorrência

DISPUTA. O Consórcio Linha Verde - SJC, formado pelas empresas Contracta e Casamax, que foi o único dos 16 concorrentes a ser inabilitado na licitação da primeira fase da obra viária da Linha

Verde, apresentou recurso contra a decisão da Prefeitura de São José dos Campos.

As outras empresas têm até o dia 26 para contestar o recurso. Depois de concluída a fase de habilitação, serão abertas

as propostas financeiras. Vencerá a disputa a concorrente que aceitar o serviço pelo menor valor - o contrato poderá custar até R\$ 82,2 milhões, sendo que R\$ 30 milhões serão custeados pelo governo esta-

dual e o restante pelo município. Com prazo de execução de 18 meses, essa primeira etapa terá 14,5 quilômetros de extensão. É por essa nova via que irá circular o VLP (Veículo Leve sobre Pneus). ■



VLP. Essa nova via terá 14,5 KMS